

A AMBICIOSA POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA O SUDESTE ASIÁTICO: EM BUSCA DA HEGEMONIA OU COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL?

**Samuel Franco Ferreira¹
Pedro Araújo Pietrafesa²**

RESUMO

O presente artigo analisa a política externa chinesa em relação ao Mar Meridional da China entre os anos 2016 a 2020. Por meio da análise documental e de revisão da literatura é possível dizer que a China possui projeto ambicioso a longo prazo e que ascendência sobre o Mar Sul da China elevaria à condição hegemônica. Ressalta-se que o país enxerga necessidade da cooperação para o desenvolvimento enquanto potência.

Palavras-chave: Política Externa da China; Mar do Sul da China; Hegemonia Cooperação; Política Asiática dos EUA.

THE AMBITIOUS CHINESE FOREIGN POLICY FOR SOUTHEAST ASIA: IN SEARCH OF HEGEMONY OR COOPERATION FOR REGIONAL DEVELOPMENT?

ABSTRACT

This article analyzes the Chinese foreign policy regarding the South China Sea between the years 2016 to 2020. Through document analysis and literature review, it is possible to say that China has an ambitious long-term project and that the South China Sea would raise it to hegemonic condition. It is emphasized that the country sees the need for cooperation as a international power to reach development.

Keywords: China's foreign policy; South China Sea; Hegemony Cooperation; US Asian Politics.

JEL: R11

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o posicionamento que a China tem adotado em relação ao Mar Meridional da China desde 2016 a 2020 com foco na elaboração e implementação da política externa para a região, assim como uma atenção para a relação entre o discurso e prática da China em relação a assumir o encargo de hegemonia. Pretende-se distinguir e definir as duas principais esferas da política externa da China - econômica e segurança - tal como dimensionar a balança de poder existente no Mar Meridional da China, considerando o papel e influência

¹ Possui graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGO). E-mail: samuelfrancoferreira@hotmail.com

² Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2013). Atualmente é professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professor do Curso de Relações Internacionais e Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. E-mail: pedro.pietrafesa@gmail.com



dos Estados Unidos na região, e as implicações emergentes para a ordem asiática e para o sistema internacional.

A política externa chinesa tem sido um tópico de que tem recebido grande atenção nos últimos anos devido aos desdobramentos das disputas territoriais no Mar Sul da China. Além da China como ator cada vez mais central no Sudeste Asiático, a região possui diversidade dos países vizinhos e a projeção militar estadunidense. É dentro desse ambiente que China também tem se desenvolvido cada vez mais enquanto potência global através da dominação sobre o Mar Sul da China e a consolidação de projetos como o *Belt and Road*.

Dentro dos últimos anos foi percebido que a política externa chinesa passou por algumas adaptações, que estão diretamente interligadas ao fato do rápido crescimento econômico da China nas últimas décadas. Com isso, a análise predominante sobre a política externa chinesa desse período recente é a de que o país deixou de ter uma postura passiva para ter uma que predisponha a perseguir seus interesses. Tendo a construção das ilhas artificiais no Mar Sul da China como um marco, a política externa chinesa recebeu a caracterização hostil de seus países rivais.

Contudo, Johnson (2013) é um dos autores críticos dessa perspectiva sobre uma “nova assertividade” que pode ser encontrada em boa parte da literatura estadunidense sobre as ações da China pelo Mar Sul da China entre 2010 e 2013, que representam o período inicial dessa nova política externa. De acordo com Johnson (2013), essa consideração possui alguns equívocos por ignorar eventos anteriores que podem ser categorizados tanto como dentro desse comportamento “hostil” como a reação chinesa na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em 2009 e a resposta a venda estadunidense de armas para Taiwan em 2010. Esse autor conclui que, portanto, não houve uma mudança dramática de comportamento chinês em 2010 (JOHNSON, 2013, p. 32) como muitas análises apontaram.

Para observar a política externa da China nos últimos anos é preciso tomar cuidado com a reprodução de paradigmas ocidentalizados, que são projetados sobre a Ásia. Na perspectiva dos Estados Unidos, a política externa chinesa é vista como belicosa e hostil aos seus interesses, assim como o seu status quo de potência

mundial. No entanto, Lajciak (2017) ressalta que a base cultural e histórica da China oferece uma interpretação diferente sobre as relações internacionais.

Em contraste a visão ocidental que prioriza as relações de conflito, a China desde a antiguidade parte de uma percepção harmoniosa e hierárquica sobre as relações (LAJČIAK, 2017). Nas relações internacionais essa perspectiva reflete no comportamento chinês de se abster dos conflitos e optar pela administração, articulação e resolução de tensões, assim como a preferência por relações cooperativas (LAJČIAK, 2017). Logo, para discutir se a política externa chinesa tem pretensões hegemônicas ou não, podemos partir da análise de três níveis oferecida por Waltz (2004) observando: o Estado, através da estrutura política e dos processos de tomada de decisão; a liderança política de Xi Jinping e o papel da ideologia do Partido Comunista da China; e por último, a relação com o ambiente externo no Sudeste Asiático, composto por países vizinhos rivais e pela projeção estadunidense. Para analisar a política externa chinesa o trabalho utiliza documentos oficiais disponibilizados pelo estado chinês, bem como de matérias de jornais internacionais, relatórios de think tanks como o *Council on Foreign Relations* e revisão da literatura.

O artigo está dividido em cinco seções. A que segue a introdução apresenta como funciona a estrutura de poder no sistema político da República Popular da China com as mudanças que foram ocorrendo no tempo até o período de Xi Jinping. A segunda seção aborda as características do poder político exercido por Xi Jinping e o papel dos Pequenos Grupos de Liderança nas estratégias do presidente chinês para o Mar do Sul da China. A terceira seção trata dos atores que atuam no sudeste asiático e como os chineses se relacionam com essas nações. A quarta seção expõe de que forma os Estados Unidos atuam no Mar do Sul da China. Por fim, é apresentada a conclusão do artigo.

2 ESTRUTURA E DINÂMICAS DE PODER NO SISTEMA POLÍTICO DA CHINA

O ordenamento político chinês é constituído a partir de dois pilares: os princípios comunistas da Revolução de 1949 e elementos da tradição política e realidade chinesa. A República Popular da China (RPC) foi inaugurada por Mao Tse-tung a partir dos preceitos leninistas e do modelo soviético através de uma relação de inspiração e debates ideológicos sobre o marxismo (LÜTHI, 2008). Contudo, a

adaptação do socialismo de Mao para a realidade rural e camponesa (LÜTHI, 2008) - ainda distante do proletariado - criou a premissa do “socialismo com características chinesas” (XIAOPING, 2013) que seria mais amplamente desenvolvido por Deng Xiaoping e reabordado atualmente por Xi Jinping, justificando a adoção de medidas pragmáticas - mesmo que através de elementos capitalistas - para a solução dos desafios chineses.

De todo modo ainda é válido ressaltar essa relação devido a permanência de ideias e elementos na constituição do sistema político da China como a centralização do poder no Partido Comunista Chinês (PCC) sobre o Estado através de relações hierárquicas e disciplinares entre órgãos do governo e membros do partido (HEILMANN; RUDOLF, 2017). As quatro constituições chinesas - 1954, 1975, 1978, e a de 1982 sendo a que está em vigor hoje com algumas alterações introduzidas - desde a fundação RPC servem para estabelecer, de acordo com Heilmann e Rudolf (2017), os objetivos políticos do PCC. No entanto, o que ocorre são intervenções frequentes que reforçam a sobreposição do partido em todas as áreas do Estado, uma vez que o “PCC se posiciona acima da constituição e do povo: o partido, e não o povo, é soberano do Estado” (HEILMANN; SHIH, 2017, p. 62).

Conseqüentemente, a RPC é organizada na forma de um Estado unitário centralizado, apresentando diferenças ao federalismo típico ocidental a partir de uma distribuição política por províncias, e com Pequim sendo a capital do Poder Executivo chinês com as sedes do PCC e dos órgãos de Estado. A organização política estatal é reproduzida de modo semelhante a níveis regionais e municipais de tal forma que o PCC e o governo central continuem a exercer o monopólio do poder. Portanto, a capital tem a capacidade de “revisar e revogar quaisquer decisões feitas em níveis inferiores” (HEILMAN; SHIH, 2017, p. 84) assim como de repassar ordens que devem ser cumpridas com “máxima lealdade” (HEILMANN; SHIH, 2017, p. 83).

Isso faz com que toda a população seja ligada diretamente ou indiretamente ao PCC, mesmo que através de formas “artificialmente” democráticas. O Congresso Popular Nacional é o órgão do Estado em que o povo se organiza - de forma tutelada pelo PCC - em torno de alguns interesses (regionais, econômicos, militares, sociais) enquanto exercem funções legislativas. Entretanto, o que ocorre na prática é também a supremacia do partido sobre o congresso, permitindo pouco poder

decisório e pouco espaço para divergências políticas (HEILMANN; STEPAN, 2017, p. 127).

Em direção a estrutura hierárquica do poder político da China, encontra-se três níveis centrais (HEILMANN, 2017). O Conselho de Estado é órgão administrativo central a nível nacional composto por membros com cargos ministeriais e também de um *Premier* responsável em guiar o trabalho administrativo do governo. O *Politburo* é um comitê que reúne os principais líderes do PCC e é o órgão em que eles tomam as principais medidas e decisões referentes ao partido. O Comitê Permanente do *Politburo*, é onde se encontra uma “elite” política de 7 cargos centrais do partido, reduzido de 9 para 7 em 2012 no 18º Congresso Nacional do Partido Comunista, (HEILMANN; SHIH, 2017, p. 66), entre eles estando o secretário geral do PCC e o *Premier*. Tradicionalmente, as posições são determinadas através de um sistema meritocrático (como onde atuou, desempenho e dedicação ao partido, entre outros critérios).

Por fim, a posição mais alta: o Secretário Geral do PCC. Esse é o cargo que historicamente para a política chinesa - desde o estabelecido da RPC - tem a maior concentração de poder e influência em processos decisórios do Estado, seja através de instrumentos formais ou informais. Além de ocupar o cargo enquanto líder do partido o Secretário Geral também assume como chefe de Estado e diretor da Comissão Militar Central (CMC). A particularidade da relação das forças armadas ao PCC, como os autores Buckow, Rudolf e Alsabah (2017) descrevem, se deve ao alinhamento ideológico estabelecido ainda durante o processo revolucionário chinês, fazendo com que o Exército de Libertação Popular³ seja uma forma de desdobramento armado do partido, divergindo da separação e neutralidade do exército em relação à política nas democracias constitucionais. Dito isso, ainda segundo Buckow, Rudolf e Alsabah (2017), dentro da estrutura política chinesa a CMC é o principal órgão responsável pela formulação das políticas de defesa nacional deixando pouco, apesar de ainda existir alguns encargos, para o Ministério de Defesa Nacional.

Além disso há os Pequenos Grupos de Liderança (PGLs) que, de acordo com Miller (2008), existem desde a década de 1950 durante o período Maoísta, apesar da rara publicização sobre suas ações. Esses grupos são comissões consultivas *ad*

³ Traduzido do inglês: People's Liberation Army (PLA)

hoc que podem receber destaque nesse quadro de concentração de poder, uma vez que elas transferem o poder decisório dos “órgãos originários” - isto é, ministérios e outras instituições abaixo na hierarquia chinesa (MILLER, 2014) para as mãos do Secretário Geral e outros membros da “elite” política, restando somente o papel de executar as decisões vindas de cima. Desde a primeira geração (Mao) até a atual quinta (Xi), os PGLs cresceram em quantidade, de acordo com Miller (2014) e Glaser (2015), para atender aos diferentes desafios da RPC.

Destaca-se que o PCC busca uma sobreposição estratégica em áreas essenciais da estrutura política a fim de perpetuar seu controle, como “a organização do partido, formulação ideológica e propaganda, segurança interna, inspeção disciplinar, finanças e economia, política externa, e defesa” (HEILMANN e SHIH, 2017, p. 168). A estrutura não democrática *de facto* do sistema político chinês traz, conseqüentemente, implicações para a relação entre o governo e sociedade. Como a autora Nason (2019) comenta, “o regime do PCC é caracterizado como frágil, uma vez que não é democraticamente responsável, e sua legitimidade depende, portanto, em promover os interesses da China.” (NASON, 2019, tradução nossa)⁴. Esses interesses, no entanto, podem se dizer abstratos uma vez que consistem em resultados majoritariamente econômicos, como aumento da qualidade de vida da população.

Por último, denota-se que o sistema político possui dois *modus operandi*: um normal, e o outro em crise. O primeiro seria referente à um ambiente de normalidade política, com a estabilidade doméstica e externa (HEILMANN, 2017). O segundo, no entanto, é adotado frente e parte da prerrogativa de que a concentração de poder é o meio mais pragmático e efetivo para se dar respostas rápidas às crises (HEILMANN, 2017).

2 XI JINPING NO PODER

O quinto líder da República Popular da China já é percebido como o maior líder desde Mao Tse-Tung (CAMPBELL, 2017; BBC, 2017). Em 2018, foi aprovado uma emenda constitucional que colocaria fim a limitação de dois mandatos de 5 anos permitindo a permanência indeterminada de Xi Jinping a frente do Estado, do

⁴ Texto original: The CCP regime is characterised as brittle given that it is not democratically accountable, and its legitimacy relies instead upon being seen to promote China’s interests. (NASON, 2019)

PCC e da CMC (GAN, 2018). A atenção para Xi desde de sua ascensão em 2013 não só vem pela sua concentração de poder, mas também por suas contribuições ideológicas significativas ao PCC em “uma conjuntura histórica crítica na transição da China para uma superpotência” (PETERS, 2017, p.1).

Todo líder chinês desde Mao, faz sua contribuição ideológica sobre a teoria socialista aplicada à China (PETERS, 2017). A formulação teórica de Xi Jinping não apenas se restringe ao progresso doméstico, mas também busca se adaptar às dinâmicas externas sem a perda de seus elementos constitutivos.

O crescimento acelerado chinês fez com que seu status mudasse rapidamente em um curto período, notavelmente remodelando o comércio mundial entre 2000 e 2010 ao se tornar o maior parceiro comercial de grande parcela do globo (RAJAH; LENG, 2018). Isso conseqüentemente expôs a China a novos e maiores desafios socioeconômicos em seu ambiente doméstico, e a sua necessidade de manter a taxa de crescimento e desenvolvimento.

O socialismo com características chinesas para uma nova era⁵, ou o “pensamento de Xi Jinping” (BUCKLEY, 2017), propõe, segundo Peters (2017, p.2), uma agenda de reformas que promovam uma modernização econômica e social na mesma medida em que haja o fortalecimento do PCC. Esse pensamento tem sido base de alguns projetos como de doutrinação nacionalista e “Sonho Chinês” (BBC, 2013; LAM, 2016; PETERS, 2017), e Nova Rota da Seda chinesa.

Em função da agenda abrangente de projetos e objetivos para tornar a China uma nova superpotência, Peters (2017) e Lam (2016) apontam que Xi Jinping acredita que a forma mais efetiva de implementação e garantia de sucesso é através da concentração de poder. Os PGLs, por exemplo, desempenham um papel instrumental para esse fim, pois grupos em áreas essenciais para o PCC (HEILMANN; SHIH, 2017) foram acrescentados ou implementados, como o de Reformas Profundas Abrangentes e Cibersegurança e Informação, para o encargo direto de Xi.

Contudo, pode se dizer que as PGLs podem ter contribuído positivamente aos objetivos chineses, justamente pelo caráter consultivo e de coordenação que concentra os processos decisórios e evita divergências domésticas. Esse é, em

⁵ Em inglês: Xi Jinping's Thought on socialism with chinese characteristics for a new era.

especial, o caso da política externa chinesa, sobretudo, para o Sudeste Asiático nos últimos anos.

Segundo Huotari (2017), a abordagem chinesa ao Mar Sul da China foi por muito tempo desorganizada e composta por divergências entre diferentes atores estatais, militares e civis. Havia a:

PGL para a Proteção dos Interesses Marítimos, com a autoridade centralizada, coordenação e aplicação de diretrizes; a Marinha do Exército Popular de Libertação, clamando por expansão do poder marítimo; Companhias Estatais que alvejavam a expansão da exploração de recursos marítimos; o Ministério das Relações Exteriores, a favor de uma política de vizinhança e de diálogo diplomático; e departamentos governamentais nas províncias costeiras que desejavam o estabelecimento de uma zona costeira de desenvolvimento” (HUOTARI, 2017, p.372, tradução nossa).

Devido ao Mar Meridional da China ter se configurado por algumas décadas como um espaço de conflito de interesses marítimos e de uma balança de poder projetada pela presença estadunidense acentuada nos últimos anos, houve uma necessidade crescente, de acordo Huotari (2017), desde os anos 1990 por uma melhor organização que pudesse ser capaz de contestar rapidamente as disputas na região. O resultado pode ser observado no processo de transição de abordagens da China ao Mar do Sul da China (FANGYN, 2016; CHAN; LI, 2015), de uma política low-profile para uma crescente assertividade. Um detalhe importante destacado pelo autor Huotari (2017) é a participação prévia de Xi Jinping no antigo PGL de Proteção dos Interesses Marítimos em 2012, que resultaria não só em reatividade, mas também em posicionamentos mais proativos.

Observa-se que a projeção chinesa sobre o Mar Meridional da China já era anunciada e objetivada um pouco antes de Xi assumir. Durante o mandato de Hu Jintao, em um relatório de transição ao 18º Congresso Nacional do PCC em 2012 havia a menção em transformar a China em uma “grande potência marítima” (TOBIN, 2018, p. 2). Esse objetivo é fomentado pela narrativa nacionalista chinesa em “reerguer” a China como uma superpotência mundial.

O nacionalismo chinês possui a particularidade de ser desenvolvido a partir da relação não democrática *de facto* com a sociedade chinesa e de ser utilizado como a forma de legitimidade do PCC, como mencionado por Nason (2019). Além da veneração ao socialismo, a narrativa nacionalista chinesa é também construída

em superar o “século da humilhação” em que a China foi submissa ao Reino Unido e Japão (NASON, 2019). Levando em consideração a teoria de Putnam (2010) sobre a política externa de dois níveis - em que o meio doméstico e o externo se influenciam - Nason (2019) também argumenta que o nacionalismo construído internamente leva a ações mais “agressivas” na política externa.

Durante o período de Xi Jinping isso tem se transcrevido em uma política externa um pouco mais ambiciosa, na qual a China se articula para chegar a seus objetivos. Entre eles, o Mar Meridional da China é essencial para o desenvolvimento econômico chinês a partir da presença de recursos naturais e da constituição de um espaço estratégico na região para seu fluxo comercial. O projeto da Nova Rota da Seda tem essa região como um dos pontos principais para sua desenvoltura, sendo, portanto, espaço de alto valor para China.

Assim, a China passou a construir ilhas artificiais na região para garantir sua maior presença e força contra contestações externas. Apesar de ainda não ser muito claro, segundo Shinji Yamaguchi (2016), como se tomou essa decisão, supõe-se que tenha sido a partir de Xi demonstrando o alto interesse estatal.

A expansão marítima chinesa está atrelada ao projeto de desenvolvimento da China para a sustentabilidade de sua economia doméstica e maior centralidade de poder na região do Sudeste Asiático. Esses objetivos são disputados, porém, com os outros países vizinhos que também veem oportunidades de crescimento na região e temem a hegemonia chinesa a partir da memória do passado dinástico e imperial, como argumenta Milan Lajčiak (2017). O desafio da China, sob o governo de Xi, para a região é conciliar sua agenda de desenvolvimento enquanto promove pautas de cooperação com os países da ASEAN, articulando a interdependência na região, e tenta expurgar a intromissão estadunidense em seu ambiente estratégico.

3 A MULTIPLICIDADE DE ATORES E AS TENSÕES NO SUDESTE ASIÁTICO

Além da China, o Sudeste Asiático é observado por ser constituído por diversas economias que tiveram um crescimento considerável nas últimas décadas e por se organizarem através de um bloco regional: a ASEAN⁶. Com o desenvolvimento econômico dos países na região houve, conseqüentemente, um aumento das dinâmicas de poder e conflitos de interesse. O Mar Meridional da

⁶ Tailândia, Singapura, Indonésia, Filipinas, Vietnã, Malásia, Macau, Burma, Laos e Cambodia

China em especial, se tornou uma área em comum para os choques de interesses entre os países da região e que a partir de 2010 foram acentuados através da reclamação por ilhas e contestações sobre a soberania, sobretudo chinesa, no mar.

Outro ator importante na região é o Estados Unidos, que mantém sua presença através de cooperações e bases militares. Há uma especulação sobre a constituição de uma balança de poder na região entre a China em expansão e os EUA desenvolvendo obstáculos para esse processo. A presença estadunidense na região ainda muito se deve às relações remanescentes do período da Guerra Fria alinhado ao uso da geopolítica marítima, a partir do pensamento de Spykman (Cohen, 2015).

A disputa pelo Mar Meridional da China não é recente. A origem está nos 11 traços primeiramente estabelecidos pela China em 1947 e em 1950 com a redução para os 9 traços “atuais” dos quais o governo chinês se intitula soberano a partir da argumentação histórica (BEECH, 2016; ZHEN, 2016). As linhas são traçadas a partir da fronteira chinesa com o Vietnã e perpassam por quase todo o mar entre Malásia, Brunei e Filipinas, perpassando a apenas alguns quilômetros dos limites terrestres desses países, e finalizam circundando Taiwan (ZHEN, 2016).

A contestação pelo mar já era uma constante dos países vizinhos a China há alguns anos com a disputa das pequenas ilhas presentes, como as Ilhas Paracel e Spratly. Porém, o aumento “repentino” das disputas pela região se deu ao posicionamento mais assertivo da China a partir do início da construção de ilhas artificiais em 2014 e com uma maior presença de diferentes unidades nacionais como a marinha, a guarda costeira, companhias civis, e eventualmente uma “milícia marítima” (MANTHORPE, 2019), objetivando a constituição de um espaço chinês.

A mudança mais significativa para a abordagem chinesa para o Mar Meridional da China foi a partir de 2013 com Xi Jinping e o estabelecimento do projeto Nova Rota da Seda, que por sua vez tem a intenção de integrar por vias terrestres e marítimas rotas de comércio desde o Sudeste Asiático até a Europa (LEVERETT; BINGBING, 2016). A proposta e desafio para China desde então tem sido articular a forma que Leverett e Bingbing (2016) caracterizam como “grande estratégia”. Segundo eles:

Em termos mais funcionais, a grande estratégia é o modelo de uma determinada ordem política para organizar todos os elementos do poder nacional para alcançar seus objetivos de longo prazo auto-definidos. A diplomacia - a capacidade de um estado de aumentar o número de estados prontos para cooperar com ele e diminuir seus adversários reais e potenciais - é tão essencial para a grande estratégia quanto o poder militar bruto. O mesmo serve para o poder econômico. Para qualquer Estado, o objetivo mais básico da grande estratégia é proteger a integridade territorial e política desse Estado. (LEVERETT; BINGBING, 2016, p. 112, tradução nossa)

Um dos objetivos mais imediatos e diretos tem sido, de acordo com Tobin (2018), o de colocar a China como uma grande potência marítima. O mais longo prazo, Leverett e Bingbing (2016) comentam que os objetivos se desdobram na sustentabilidade do crescimento econômico até o desenvolvimento “verde”. Em consequência, esses objetivos atendem aos interesses de uma multiplicidade de atores domésticos chineses, desde o meio estatal, militar ao cívico e empresarial.

Um caso que tem demonstrado essa pluralidade é a crescente apropriação chinesa do Mar Meridional da China e a construção de ilhas artificiais. O Ministério das Relações Exteriores exerce uma função apaziguadora e de diálogo diplomático, de acordo com Yamaguchi (2016, pág. 28), ao justificar a predominância do uso civil e econômico na região, como mais pontos de abastecimento para navios e observatórios de pesquisa marítima. Enquanto isso, o Exército de Libertação Popular tenta articular a possibilidade de estabelecimento de uma nova Zona de Identificação Aérea de Defesa (ZIAD), em incremento à estabelecida no Mar Leste da China (YAMAGUCHI, 2016, p. 29).

Isso demonstra que em alguns momentos a pluralidade interna pode ser antagônica e pode representar um entrave para o desenvolvimento da política externa para a região. Um exemplo abordado por Glaser (2015) é o da constituição da ZIAD no Mar Leste da China, em que houve uma sobreposição da CMC e ausência de voz do Ministério das Relações Exteriores, uma vez que esse provavelmente desaprovava a ação em favor das relações com os países da região.

Segundo Lam (2016), há uma perspectiva interna, notavelmente a partir de uma obra do Coronel Liu Mingfu, que objetiva também a militarização chinesa para a defesa de seus pontos estratégicos. Contudo, se teme que essa perspectiva possa levar a um dilema de segurança na região para os países vizinhos e somando a mais uma das tensões regionais, como a questão nuclear norte coreana e presença estadunidense.

Em contrapartida a abordagem *hard power*, que visa os meios militares de dissuasão, a China tem sido mais favorável ao uso do *soft power*, a partir do diálogo diplomático e estabelecimento de uma agenda de cooperação para o desenvolvimento regional. Um exemplo apontado por Li (2015) é o uso dos investimentos do AIIB como forma de recompensação aos países que deixam o posicionamento de confronto a China.

O resultado tem sido observado melhor nos últimos anos com a redução de contestações sobre o Mar Meridional da China e a conversão da ASEAN. Inicialmente era um bloco que sequer tinha relações diplomáticas com a RPC, de acordo com Weissman (2015), criado com premissa de isolar a China e estabelecer relações com os EUA para um bloco que busca consolidar uma agenda cooperativa com ela, como foi o caso do acordo de Livre Comércio assinado em 2002.

O período de maior tensão na relação regional se deu entre 2009 e 2015, em que houve contestações e disputas dos países vizinhos sobre a soberania na região (ZHANG, 2016). Já em 2018 as relações já aparecem bem mais estáveis. Segundo Shicun (2019), a estabilização se deu a partir de quatro fatores: o primeiro sendo a aproximação econômica promovida pelo acordo de Livre Comércio; o segundo sendo a construção de diálogos de cooperação em segurança, com os dois lados exercendo o primeiro exercício conjunto em 2018 no Mar Meridional da China; a negociação de um Código de Conduta no Mar Meridional da China, que seria um mecanismo para apaziguar as disputas na região; e por último a relação consultiva que tem sido desenvolvida entre China e Filipinas⁷, que também tem contribuído para redução de conflitos na região.

A ASEAN é um bloco de países que cresceu muito nos últimos 52 anos. Em particular, os 5 membros fundadores (Indonésia, Tailândia, Filipinas, Cingapura, Malásia) e o Vietnã, que entrou no bloco em 1997, são os que demonstraram maior crescimento econômico. Segundo dados de 2016, esses países chegavam a representar cerca de um pouco mais de 95% de todo o PIB produzido pela ASEAN (aproximadamente US\$ 2.555 Trilhões).

A agenda da ASEAN segue sobre o objetivo da integração econômica e cooperação em áreas de interesse mútuo, enquanto há o respeito às diferenças culturais e políticas entre os países membros. Contudo, apesar do progresso

⁷ <https://thediplomat.com/2019/08/whats-next-for-the-south-china-sea>

econômico do bloco, esses países têm tido uma dificuldade em progredir no consenso do bloco em relação às questões comuns, sendo esse um ponto explorado pela China para estabelecer diálogos bilaterais e amenizar posicionamentos hostis. Pode se dizer que muito se deve a estrutura organizacional da ASEAN, em que um país exerce o protagonismo administrativo da agenda do bloco durante o período de um ano.

Conseqüentemente, a agenda é desenvolvida conforme a vontade e possibilidade daquele país que está na presidência. De acordo com o histórico traçado por Weatherbee (2012) a Tailândia assumiu em 2009 o cargo com uma situação doméstica conturbada que inviabilizou os projetos da administração. No ano seguinte, o Vietnã adotou um posicionamento pouco ambicioso e de manutenção do *status-quo* da integração do bloco (WEATHERBEE, 2012). A agenda da ASEAN só voltou a ser mais bem guiada com a Indonésia em 2012, que tentou promover maior senso de comunidade entre os países membros (WEATHERBEE, 2012).

A próxima gestão de destaque viria a ser com a Malásia em 2015 que conseguiu ter em seu mandato o estabelecimento da Comunidade Econômica da ASEAN (CEA)⁸ (DAS, 2015), e também o início das atividades do recém constituído Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII)⁹. Contudo, Das (2015) aponta que a administração da Malásia “frustrou as expectativas” de progresso em soluções para o conflito de interesses no Mar Sul da China. Das (2015), e Credo (2015) ressaltam que muito se deve ao fato do país ter relações bilaterais muito fortes com a China.

Em 2017 as Filipinas, um dos países com qual a China tem disputado a soberania sobre ilhas no Mar Sul da China, ocupou o cargo de presidência da ASEAN. Entretanto, Credo (2018) comenta que durante esse período houve uma melhora das relações entre os dois países contribuindo para maior avanço do Código de Conduta para o Mar Sul da China. Cingapura em 2018 buscou resguardar o bloco dos avanços protecionistas no mundo (GNANASAGARAN, 2017) e deu sequência aos diálogos do Código de Conduta com a China. O Vietnã será o país a assumir em 2020 e, diferentemente de sua última gestão, buscará mais ativamente

⁸ Original em inglês: ASEAN Economic Community (AEC)

⁹ Original em inglês: *Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB)*

soluções para disputas no Mar Sul da China (TRANG, 2019), uma vez que já há uma pressão chinesa pelo Código para 2021 (VENZON, 2019).

Nessa perspectiva, os países da ASEAN são encarados mais como potenciais parceiros econômicos do que ameaças diretas pela China. Os únicos casos de incômodo e frustração para a China advindo dos países do bloco é quando há alguma associação aos Estados Unidos, permitindo vias de inserção da potência estadunidense do Sudeste Asiático. Alguns países da ASEAN, como Indonésia e Cingapura (MARUTI, 2019; HUANG 2016), encontram na tensão entre China e EUA oportunidades de desenvolvimento e benefícios aos seus interesses nacionais.

4 O PAPEL DOS EUA NO MAR SUL DA CHINA

Os Estados Unidos ao manterem presença através de alianças, cooperações e bases militares também se torna um ator notável na região. Desde quando o crescimento da China começou a incomodar os EUA, o Mar Sul da China passou a ser um dos principais palcos onde se especula um confronto entre as duas potências. Com a quantidade de Estados presentes nesse mesmo espaço também se argumenta sobre a constituição de uma balança de poder em que: de um lado haveria a China em rápida expansão econômica e infraestrutura; no outro os EUA como um ator rival que se presta ao papel de representar um obstáculo ao avanço chinês; e no meio havendo os países da ASEAN que defendem seus interesses particulares e do bloco.

A presença estadunidense na região surge de preocupações geopolíticas que se originam desde o início do século XX. O teórico Nicholas Spykman em particular, ao complementar a teoria de Halford Mackinder sobre o *heartland*¹⁰ com ênfase no poder marítimo do *rimland*¹¹ (DUECK, 2019; SEMPA, 2015), serviu os interesses geopolíticos estadunidenses no pós-Segunda Guerra através do desenvolvimento naval e implementação de bases em todo o globo. Apesar do foco eminente sobre a então URSS, que correspondia a grande parte do heartland após a Segunda Guerra,

¹⁰ *Heartland* é a teoria geopolítica elaborada por Halford Mackinder ao observar o continente europeu, asiático e africano como uma só grande ilha mundial. Dentro dessa ilha haveria uma região essencial e estratégica geograficamente para o domínio dessa ilha, e conseqüentemente do mundo. O Heartland corresponderia a grande parte da Rússia, países da Ásia Central e parte da China.

¹¹ *Rimland* é a teoria elaborada por Nicholas Spykman para complementar a teoria do Heartland. Diferentemente da perspectiva de Mackinder, Spykman parte do argumento que o controle e poder marítimo sobre os mares que circundam a ilha mundial garantem o domínio do mundo.

Spykman visiona uma possível disputa entre os EUA e a China pelo rimland asiático no futuro (SEMPA, 2015).

Algumas décadas depois a especulação de Spykman se confirmaria ao haver uma projeção de uma balança de poder regional e global no Mar Sul da China. Essa região marítima em particular é um espaço essencial para transporte comercial e apresenta uma grande disposição de recursos naturais, o que significa uma grande vantagem estratégica para o país que a tenha sob domínio. É com o objetivo de garantir domínio hegemônico sobre esse espaço que a China tem desenvolvido estratégias como a ocupação naval e construção de ilhas artificiais para a expansão de sua Zona Econômica Exclusiva situada em direção ao Mar Sul da China (CFR, 2020).

Em contrapartida, essa área para os Estados Unidos possui tanto interesses econômicos, por envolver uma das maiores partes do fluxo de petróleo global (DUNN; BARDEN, 2018), quanto militares. Atualmente, os EUA ainda são a potência que dispõe de um grande poderio bélico e possui destaque na força naval, capaz de se colocar em qualquer lugar do mundo. No entanto, o avanço chinês no Mar Sul da China não só tem dado vantagens econômicas como também tem construído uma base de investimento naval que pode superar o estadunidense (POWER, 2020).

Em um artigo da US Naval War College, Fanell (2019) observa a expansão bélica chinesa dentro de seu entorno estratégico nos últimos anos conforme as lacunas deixadas pelos Estados Unidos. Em preocupação com avanço naval chinês frente ao estadunidense Fanell (2019) realiza uma projeção comparativa para 2030 dos números navais

A partir de 2018, a PLAN consiste em mais de 330 navios de superfície e sessenta e seis submarinos - quase quatrocentos combatentes. Em 4 de maio de 2018, a Marinha dos EUA consistia em 283 navios da força de batalha, incluindo 211 navios de superfície e setenta e dois submarinos. Até 2030, estima-se que a PLAN seja composto por cerca de 550 navios: 450 navios de superfície e noventa e nove submarinos. Esses números são um assunto atual de debate nos salões do Capitólio e do Pentágono, e ainda não está claro se a Marinha dos EUA em 2030 atingirá um total de até 355 navios e submarinos (FANELL, 2019, p. 3, tradução nossa).

Portanto, os Estados Unidos possuem uma preocupação ativa sobre o seu papel no Mar Sul da China para conter o desenvolvimento do espaço estratégico da potência chinesa. As estratégias estadunidenses têm consistido tanto de medidas indiretas, como retaliações comerciais, como ações mais diretas como o apelo ao

direito internacional, via a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), para contestar a soberania chinesa. A aproximação que tem provocado maior tensão, no entanto, tem sido a do uso das alianças com as Filipinas, Taiwan, Japão e Coreia do Sul para a realização de exercícios militares navais e simulações de conflito (POWER, 2020).

Em comparação as alianças com o Japão e Coreia do Sul, as relações dos Estados Unidos com as Filipinas e Taiwan possuem um cunho explicitamente estratégico. No caso das Filipinas os EUA possuem o *Visiting Forces Agreement* (VFA)¹² que apesar de oferecer uma porta direta ao Mar Sul da China tem se demonstrado um acordo desbalanceado e fonte para desgaste entre as duas partes (RABENA; SILVERBERG, 2020). Enquanto isso, a relação com Taiwan, apesar de representar um afronte mais direto a China, também não é uma aliança profundamente estabelecida devido a facilidade de Taiwan se voltar tanto contra como a favor da China através do governo (LAI, 2020).

5 CONCLUSÃO

Considerando as dinâmicas da política externa chinesa a partir de sua organização política durante o mandato de Xi Jinping e a relação que a China tem desenvolvido com seus vizinhos no Sudeste Asiático, é possível dizer que o país tem conseguido alcançar seus objetivos no Mar Sul da China. A efetividade na articulação das diversas forças internas chinesas tem contribuído para as conquistas territoriais na medida que a China se expande tanto economicamente quanto militarmente. Outro fator que se demonstrou essencial na política externa chinesa dentro do período analisado é a capacidade que a China tem de se ajustar dentro de seus objetivos de acordo com seu poder.

O desenvolvimento de uma política externa mais assertiva e proativa, assim como a proposição de projetos mais complexos como o *Belt and Road* surgem de acordo com a realidade dos interesses chineses. No passado, durante os governos de Mao e Xiaoping, em que a conduta da política externa chinesa era mais passiva a China ainda era um país consideravelmente subdesenvolvido. Contudo, desde quando o país passou a emplacar um rápido crescimento econômico, após as

¹² O VFA é um acordo de aliança estratégica militar entre os Estados Unidos e as Filipinas assinado em 1998 que prevê o estabelecimento de tropas estadunidenses em território filipino e a cooperação em exercícios militares entre os dois países.

reformas de 1978, a China foi adquirindo maior capacidade de buscar seus interesses.

O governo de Xi Jinping também é um elemento que pode ser considerado essencial no período entre 2013 a 2019 para o refletir sobre a política externa chinesa. Devido a natureza do sistema político interno controlado pelo PCC, e dos líderes que antecederam Xi Jinping nos anos 2000 seria difícil imaginar outros desdobramentos e trajetórias se não a do então já considerado o maior líder desde Mao Tse-Tung (CAMPBELL, 2017; BBC, 2017). O fato é de que Xi Jinping teve a capacidade de articular de forma coerente a ideologia socialista com elementos culturais chineses para os novos desafios econômicos, assim como construiu uma imagem de liderança forte através da concentração de poder e combate à corrupção doméstica, que se tornaram essenciais para o sucesso e efetividade - até então - da atual política externa da China.

A relação particular com o Mar Sul da China surge não só de sua importância geopolítica, mas também, como já abordado anteriormente, de uma ligação histórica chinesa com a região que a percebe como “dela por direito”. Com isso, a consolidação recente do domínio chinês na região tem sido percebida como um processo de desenvolvimento de uma nova ordem chinesa paralela e rival a ordem liberal democrática, liderada por instituições ocidentais e com os Estados Unidos como um dos atores centrais. No entanto, isso parte de alguns pressupostos de perspectivas ocidentalizadas sobre paradigmas nas relações entre Estados, como a armadilha de Tucídides e pretensões imperialistas, que deixam de considerar a perspectiva chinesa sobre as relações internacionais.

A China, como argumentado por Lacjak (2017), possui interpretações diferentes sobre hegemonia e relações entre Estados. Em primeiro lugar, o passado imperial da China ainda reflete em sua identidade enquanto um Estado, no sentido em que o país se considera auto suficiente e sem a necessidade de estabelecer relações análogas ao colonialismo europeu (LACJAK, 2017). Contudo, a visão chinesa sobre ser o “reino do meio” também faz com que o país tenha uma identificação enquanto um país superior aos demais, o que a fez desenvolver relações de dependência econômica no passado (LACJAK, 2017)

Um exemplo concreto que ilustra a perspectiva chinesa em contraste com a europeia e estadunidense é a contraposição entre as instituições FMI e *Asian*

Infrastructure Investment Bank (AIIB). A primeira é uma das representações da ordem liberal democrática predominante no sistema internacional, baseada em um sistema institucional normativo e impositivo de princípios ocidentais e que tem os EUA como um de seus atores centrais. A segunda representa uma organização entre Estados que não é tão impositiva e normativa quanto a ocidental ao mesmo tempo que se baseia na região do Sudeste Asiático e no respeito à diversidade dos países.

Em conclusão a avaliação da política externa chinesa conduzida nos últimos anos é possível dizer que a China possui de fato um projeto ambicioso a longo prazo que visiona o desenvolvimento do país. Conseqüentemente, a dominação chinesa sobre o Mar Sul da China, estendendo sua Zona Econômica Exclusiva, e a consolidação da *Belt and Road* elevaria à condição do país enquanto uma hegemonia não só regional, mas também global. Contudo, ressalta-se a perspectiva chinesa sobre ser uma hegemonia e também como o país enxerga a necessidade da cooperação para o seu desenvolvimento enquanto potência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS. **About ASEAN**. Disponível em: <https://asean.org/asean/about-asean/>

BBC. What does Xi Jinping's China Dream mean?. **BBC**, 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-22726375>

_____. Xi Jinping 'most powerful Chinese leader since Mao Zedong'. **BBC**.2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-41730948>

BEECH, Hannah. Just Where Exactly Did China Get the South China Sea Nine-Dash Line From? **TIME**, 2016. Disponível em: <https://time.com/4412191/nine-dash-line-9-south-china-sea/>

BUCKLEY, Chris. China Enshrines 'Xi Jinping Thought,' Elevating Leader to Mao-Like Status. **New York Times**, 2017 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/10/24/world/asia/china-xi-jinping-communist-party.html>

BUCKOW, Johannes, RUDOLF, Moritz, and ALSABAH, Nabil. "2.12 The military and politics" In: HEILMANN, Sebastian. **China's Political System**. Rowman & Littlefield, 2017.

CAMPBELL, Charlie. Xi Jinping Becomes China's Most Powerful Leader Since Mao Zedong. **TIME**, 2017. Disponível em: <https://time.com/4994618/xi-jinping-china-19th-congress-ccp-mao-zedong-constitution/>

CHAN, Irene e LI, Mingjiang. New Chinese Leadership, New Policy in the South China Sea Dispute? **Journal of Chinese Political Science/Association of Chinese Political Studies**, v. 20, p. 35–50, 2015.

COHEN, Saul B. "Survey of Geopolitics". In:_____. **Geopolitics: the geography of international relations**, 3rd ed. Lanham; Boulder; New York; London: Rowman & Littlefield, 2015. p. 15-35.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Global Conflict Tracker: Territorial Disputes in the South China Sea. **COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS**, 2020. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/territorial-disputes-south-china-sea> Acesso em: 1 maio 2020.

CREDO, Jeremie P. .The Philippines' ASEAN Chairmanship: Gains and Missed Opportunities. **CIRSS Commentaries**. v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.fsi.gov.ph/the-philippines-asean-chairmanship-gains-and-missed-opportunities/>

_____. Jeremie P. Challenges to Malaysia's 2015 ASEAN Chairmanship. **CIRSS Commentaries**, v. 2, n. 6, 2015. Disponível em: <http://www.fsi.gov.ph/challenges-to-malysias-2015-asean-chairmanship-by-jeremie-p-credo-vol-ii-no-6-march-2015/>

DAS, Sanchita Basu. Evaluating Malaysia's ASEAN chairmanship. **East Asia Forum**, 2015. Disponível em: <https://www.eastasiaforum.org/2015/12/05/evaluating-malysias-asean-chairmanship/>

Deng Xiaoping's Opening speech. In: NATIONAL CONGRESS OF THE COMMUNIST PARTY, 12., 1982, China. **Proceedings** China, 1982. Disponível em: <https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/03/08/opening-speech-at-the-twelfth-national-congress-of-the-communist-party-of-china/>

DUECK, Colin. Mackinder's Nightmare: Part One. **Foreign Policy Research Institute**. 8 out. 2019. Disponível em: <https://www.fpri.org/article/2019/10/mackinders-nightmare-part-one/> Acesso em: 29 abr. 2020.

DUNN, Candace; BARDEN, Justine. More than 30% of global maritime crude oil trade moves through the South China Sea. **U.S Energy Information Administration**. 27 de ago. de 2018. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=36952> Acesso em 2 de maio de 2020.

FAIRBANK CENTER BLOG. **INFOGRAPHIC**: China's Leaders of Party and State after the 13th NPC and CPPCC Disponível em: <https://fairbank.fas.harvard.edu/infographic-chinas-leaders-of-party-and-state-after-the-13th-npc-and-cppcc/>

FANELL, James E. Asia Rising: China's Global Naval Strategy and Expanding Force Structure. **Naval War College Review**, v. 72, n. 1, Article 4. 2019. Disponível em: <https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol72/iss1/4>

FANGYIN, Zhou. Between assertiveness and self-restraint: understanding China's South China Sea policy. **International Affairs** v. 92, n. 4, p. 869–890, 2016.

GAN, Nectar. In ending presidential term limits, 'Xi Jinping is thinking global and acting local'. China/Politics. **South China Morning Post**. 2018. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/2134811/ending-presidential-term-limits-xi-thinking-global-and>

GLASER, Bonnie China's Maritime Rights Protection Leading Small Group—Shrouded in Secrecy. **CSIS**, Sep. 2015. Disponível em: <https://amti.csis.org/chinas-maritime-rights-protection-leading-small-group-shrouded-in-secrecy/>

TOBIN, Liza. **Wind in the Sails: China Accelerates Its Maritime Strategy. War on the Rocks**. 2018. Disponível em: <https://warontherocks.com/2018/05/wind-in-the-sails-china-accelerates-its-maritime-strategy/>

GNANASAGARAN, Angaindrankumar. Singapore announces ASEAN 2018 chairmanship priorities. **The Asean Post**, 2017. Disponível em: <https://theaseanpost.com/article/singapore-announces-asean-2018-chairmanship-priorities>

HEILMANN, Sebastian. **China's Political System**. Rowman & Littlefield, 2017

_____. 3.1.3 “Normal mode” and “crisis mode” in decision-making. In: _____. **China's Political System**. Rowman & Littlefield, 2017. p.158-162.

_____ and RUDOLF, Moritz. “2.2 The constitution of the party-state” p.56-61 In: _____. **China's Political System**. Rowman & Littlefield, 2017

_____ and SHIH, Lea “2.3.3 The Politburo and its Standing Committee” p.66-67 In: _____. **China's Political System**. Rowman & Littlefield, 2017

_____. 2.4 The central government” p.76-84 In: _____. **China's Political System**. Rowman & Littlefield, 2017

HEILMANN, Sebastian and STEPAN, Matthias. 2.10 Legislation, the People's Congresses, and the Political Consultative Conferences. In: _____. **China's Political System**. Rowman & Littlefield, 2017 p.125-137

HUANG, Cary. What's really making Beijing angry with Singapore? **South China Morning Post**, 2016. Disponível em: <https://www.scmp.com/week-asia/opinion/article/2024089/whats-really-making-beijing-angry-singapore>

HUOTARI, Mikko. 6.14 Foreign and security policies: Maritime rights and interests. In: _____. **China's Political System**. Rowman & Littlefield, 2017.

LAI, Mark Wenyi. WILL THERE BE A FUTURE TAIWAN-US MILITARY ALLIANCE? **Taiwan Studies Programme: University of Nottingham**. 28 maio 2020. Disponível em <https://taiwaninsight.org/2020/04/28/will-there-be-a-future-taiwan-us-military-alliance/> Acesso em: 3 maio 2020.

LAJČIAK, Milan. China's cultural fundamentals behind current foreign policy views: Heritage of old thinking habits in Chinese modern thoughts. **Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 9-27, 2017. doi:10.14254/2071-8330.2017/10-2/1 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320233857_China's_cultural_fundamentals_behind_current_foreign_policy_views_Heritage_of_old_thinking_habits_in_Chinese_modern_thoughts

LAM, Willy. Xi Jinping's Ideology and Statecraft. **Chinese Law & Government**, v. 48, n. 6, p. 409-417, 2016 Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00094609.2016.1241098>

LEVERETT, Flynt; BINGBING, Wu. The New Silk Road and China's Evolving Grand Strategy. **The China Journal**, n. 77, p. 110-132, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/689684>

LI, Xiaoting. Applying offensive realism to the rise of China: structural incentives and Chinese diplomacy toward the neighboring states. **International Relations of the Asia-Pacific**. v. 16, n. 2, p. 241–271, may 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/irap/lcv019>

LÜTHI, Lorenz M. Chapter One: Historical Background, 1921-1955. In: **The Sino-Soviet Split: Cold War in the Communist World**. Princeton University Press, 2008. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=dl4TRDxqexMC&pg=PA19&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false

MANTHORPE, Jonathan. Beijing's maritime militia, the scourge of South China Sea. **Asian Times**, 2019. Disponível em: <https://asiatimes.com/2019/04/beijings-maritime-militia-the-scourge-of-south-china-sea/>

MARUTI, Retno. How Indonesia finds itself in the middle of a US-China trade war. **The Interpreter**, Lowy Institute, 2019. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/indonesia-middle-us-china-trade-war>

MILLER, Alice L. More Already on the Central Committee's Leading Small Groups. **Hoover Institution**. Monday 28 jul. 2014. Disponível em: <https://www.hoover.org/research/more-already-central-committees-leading-small-groups>

_____. Alice L. The CCP Central Committee's Leading Small Groups. **Hoover Institution**, 2008. Disponível em: <https://www.hoover.org/research/ccp-central-committees-leading-small-groups>

NASON, Lucy. Chinese civil society and foreign policy: is public opinion a meaningful constraint? **Australian Institute of International Affairs**, 2019. Disponível em: <http://www.internationalaffairs.org.au/resource/chinese-civil-society-and-foreign-policy-is-public-opinion-a-meaningful-constraint/>

PETERS, Michael A. The Chinese Dream: Xi Jinping thought on Socialism with Chinese characteristics for a new era. **Educational Philosophy and Theory**, v. 49, n. 14, p. 1299-1304, 2017. DOI: 10.1080/00131857.2017.1407578

POWER, John. Has the US already lost the battle for the South China Sea? **South China Morning Post**. 18 jan. 2020. Disponível em: <https://www.scmp.com/week-asia/politics/article/3046619/has-us-already-lost-battle-south-china-sea> Acesso em 3 de maio de 2020.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia E Política Doméstica: A Lógica Dos Jogos De Dois Níveis. Tradução de Dalton L. G. Guimarães, Feliciano de Sá Guimarães e Gustavo Biscaia de Lacerda. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, 2010, p. 147-174

RABENA, Aaron Jed; SILVERBERG, Elliot. Is the US-Philippines Alliance Obsolete?. **The Diplomat**. 22 abr. 2020. Disponível em <https://thediplomat.com/2020/04/is-the-us-philippines-alliance-obsolete/> Acesso em: 3 maio 2020.

RAJAH, Roland e LENG, Alyssa. **Global Economic Futures project at the Lowy Institute**, 2018. Disponível em: <https://charts.lowyinstitute.org/charts/china-us-trade-dominance/us-china-competition/>

TOBIN, Liza. Underway—Beijing’s Strategy to Build China into a Maritime Great Power. **Naval War College Review**, v. 71, n. 2, Article 5, 2018. Disponível em: <https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol71/iss2/5>

_____. Wind in the Sails: China Accelerates Its Maritime Strategy. **War on the Rocks**. 2018. Disponível em: <https://warontherocks.com/2018/05/wind-in-the-sails-china-accelerates-its-maritime-strategy/>

SEMPA, Francis P. Nicholas Spykman and the Struggle for the Asiatic Mediterranean. **The Diplomat**. 9 jan 2015. Disponível em: <https://thediplomat.com/2015/01/nicholas-spykman-and-the-struggle-for-the-asiatic-mediterranean/> Acesso em: 2 maio 2020.

SHICUN, Wu. What’s Next for the South China Sea? Destabilizing headwinds risk overturning the general trend toward peace and stability in the South China Sea. **The Diplomat**. 01 aug. 2019. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/08/whats-next-for-the-south-china-sea/>

TRANG, Pham Ngoc Minh. ASEAN and the South China Sea: Vietnam’s Role as Chair. **Asia Maritime Transparency Initiative**, 2019. Disponível em: <https://amti.csis.org/asean-and-the-south-china-sea-vietnams-role-as-chair/>

VENZON, Cliff. Beijing presses ASEAN anew for South China Sea code by 2021. **Nikkei Asian Review**, 2019. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/Beijing-presses-ASEAN-anew-for-South-China-Sea-code-by-2021>

WALTZ, Kenneth N. **O homem, o Estado, e a guerra**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.

WEATHERBEE, Donald E. SOUTHEAST ASIA AND ASEAN: Running in Place. **Southeast Asian Affairs**, 2012, p. 3–22. Disponível em: www.jstor.org/stable/41713983.

WEISSMANN, Mikael. The South China Sea: Still No War on the Horizon. **Asian Survey**, v. 55, n. 3, p. 596–617, 2015. Disponível em: www.jstor.org/stable/10.1525/as.2015.55.3.596.

YAMAGUCHI, Shinji. Strategies of China's Maritime Actors in the South China Sea. **China Perspectives**. 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/chinaperspectives/7022>

ZHANG, Feng. Assessing China's South China Sea Policy, 2009-2015. **East Asian Policy**. 2016, p. 100-109.

ZHANG, Jian. China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'? **Global Change, Peace & Security**. V. 27, n. 1, p.5-19, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14781158.2015.993958>

ZHEN, Liu. What's China's 'nine-dash line' and why has it created so much tension in the South China Sea? China/Diplomacy. **South China Morning Post**, 2016. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/1988596/whats-chinas-nine-dash-line-and-why-has-it-created-so>